



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

EDITAL Nº 75/SMAd/2019, 11 DE OUTUBRO DE 2019.

“DIVULGA REGULAMENTAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA PARA OS CARGOS DE ADVOGADO E PROCURADOR, CONVOCA CANDIDATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Jacques Gonçalves Barbosa, Prefeito Municipal de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados, a regulamentação sobre a aplicação da PROVA DISCURSIVA para os Cargos de ADVOGADO e PROCURADOR, relativas ao Edital nº 42/SMAd/2019, bem como convoca os candidatos aptos.

GABINETE DO PREFEITO DE SANTO ÂNGELO, EM 11 DE OUTUBRO DE 2019.

Jacques Gonçalves Barbosa
Prefeito



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

1. DAS NORMAS REGULADORAS DA APLICAÇÃO DA PROVA

1.1. A prova discursiva será realizada apenas pelos candidatos aos cargos de Advogado e Procurador. Realizarão a prova discursiva somente os candidatos aprovados na prova objetiva com as **20 maiores** notas, respeitados os empates na última nota, e que obtiveram, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de aproveitamento do valor total da prova objetiva.

1.2. Estão aptos a realizar a prova os candidatos elencados no **ANEXO II** deste edital.

1.3. A prova discursiva valerá 100 (cem) pontos e será eliminatória e classificatória.

1.4. A prova constará de uma (1) questão de Direito Processual Civil, uma (1) questão de Direito Administrativo, uma (1) questão de Direito Tributário sendo que cada uma valerá de 20 pontos e (1) peça processual na área de Processo Civil, abrangendo os conteúdos de conhecimentos específicos elencados no **ANEXO I** deste Edital, com o valor de 40 pontos.

1.4.1. Cada questão deverá ser respondida em até 15 linhas e a Peça Processual em até 120 linhas.

1.4.2. As provas discursivas objetivam avaliar o candidato sob os aspectos de domínio do conteúdo prático e teórico dos temas abordados; demonstração de conhecimento técnico aplicado e domínio da norma padrão da Língua Portuguesa.

1.4.3. As questões e a peça processual serão avaliadas e pontuadas de acordo com os seguintes critérios:

1.4.3.1. Estrutura textual e desenvolvimento do tema, observando os princípios de coerência e de coesão textual.

1.4.3.2. Domínio da escrita, considerando aspectos gramaticais, tais como ortografia, morfossintaxe, vocabulário e pontuação.

1.4.4. Será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 50% de aproveitamento do valor total da prova e não zerar a peça processual.

1.4.5. O candidato que zerar a peça processual estará eliminado do concurso.

1.4.6. Para fazer a prova, o candidato receberá caderno com as questões e a peça processual, com espaço para rascunhar.

1.4.7. É permitido ao candidato, para realização da prova, fazer uso dos seguintes materiais: legislação não comentada.

1.4.8. Os materiais de que trata o artigo 1.4.7. poderão passar por vistoria antes e durante a prova.

1.4.9. Os textos definitivos deverão ser transcritos em folhas específicas, sendo que o candidato não poderá assinar ou fazer qualquer tipo de marcação e/ou identificação, que não em local próprio para isso, sob pena de anulação da mesma.

1.4.10. As respostas deverão ser manuscritas, em letra legível, sem rasuras e escritas com caneta azul ou preta.

1.4.11. A Prova será realizada no **prédio 9 da URI – Campus Santo Ângelo**, no dia **19 de outubro de 2019**, com início às 13h30 e terá duração máxima de 4 (quatro) horas, sendo que o candidato deverá estar no local da prova com, no mínimo, 30 minutos de antecedência, munido do documento oficial de identidade e caneta esferográfica azul ou preta.

1.5. O resultado preliminar da Prova Discursiva será divulgado no dia **29 de outubro de 2019**.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

1.6. Após a publicação do resultado preliminar, poderá o candidato entrar com recurso sobre a mesma nos dias **30 e 31 de outubro e 1º de novembro de 2019**.

1.7. O resultado definitivo após a análise dos recursos se dará no dia **12 de novembro de 2019**.

1.8. Será eliminado do Concurso Público, nesta fase, o candidato que:

- a) não comparecer para a realização da prova;
- b) não estiver no local da prova no horário previsto para assinar a Ata de Presença;
- c) não apresentar a documentação exigida;
- d) faltar com a devida cortesia para com qualquer dos aplicadores, auxiliares e/ou candidatos;
- e) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio, ou tentar usar de meios fraudulentos e/ou ilegais para a realização da prova;
- f) Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

2. DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 As disposições de que trata este Edital implicam o conhecimento das presentes instruções por parte do candidato e seu compromisso tácito de aceitar as condições de sua realização, tais como se acham estabelecidas neste Edital, e demais legislações específicas.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ÂNGELO, 11 DE OUTUBRO DE 2019.

Jacques Gonçalves Barbosa
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

ANEXO I CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública – conceito e divisão

Princípios do Direito Administrativo

Atos Administrativos

Servidores Públicos

Licitações e Contratos

Bibliografia:

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: RT s2014

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 2011.

MELLO. Celso Antonio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2016.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Constituição e Processo. Princípios Constitucionais no Processo Civil. Conteúdo jurídico do direito de acesso à tutela jurisdicional do Estado. Conteúdo jurídico do direito de defesa. Direitos fundamentais e processo. A busca pela efetividade do processo e as reformas processuais. 2. Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, princípios processuais civis e interpretação. Direito processual intertemporal. Princípios infraconstitucionais do Processo Civil. 3. Jurisdição: conceito, características, princípios, limites e espécies. Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 4. Competência. Critérios de determinação e de modificação. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e competência relativa. Conflitos de competência e de atribuição. Conexão e continência. 5. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Direito subjetivo. Pretensão. Ação de direito material e de direito processual. Direito de ação na perspectiva constitucional. Direito à adequada tutela jurisdicional. 6. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros típica e atípica. O Juiz e os auxiliares da justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. 7. Assistência Judiciária: aspectos processuais. 8. Processo: pressupostos processuais e atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Citação. Cartas. Intimação. Teoria das invalidades processuais. Nulidades. Preclusão. Distribuição e registro. Valor da causa. 9. Tutela Provisória. Tutela de urgência e tutela da evidência. 10. Formação, suspensão e extinção do processo. 11. Procedimento comum. Petição inicial. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Conversão da ação individual em ação coletiva. Audiência de conciliação. Audiência de mediação. Respostas do réu. Revelia. 12. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e de julgamento. 13. Provas. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Fatos que independem de prova. Exame da prova e sua



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

valoração. 14. Sentença: conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. Liquidação de sentença. Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Remessa necessária. 15. Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 16. Cumprimento de sentença. Classificação. Pressupostos. Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença. 17. Execução. Teoria geral. Princípios que norteiam o processo de execução. Execução em geral. Pressupostos do processo de execução. Características dos títulos executivos. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução definitiva e execução provisória. Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. Competência. Responsabilidade patrimonial. Das diversas espécies de execução. Da suspensão e da extinção da execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Exceção de pré-executividade. Embargos do devedor. Defesa heterotópica. 18. Processos nos tribunais. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. 19. Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria geral dos recursos. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação. Agravo de instrumento. Embargos de declaração. Embargos de divergência. Agravo interno. Duplo grau obrigatório. Mandado de segurança contra ato judicial. Ação declaratória de inexistência de ato processual e querela nullitatis. Recursos nos Tribunais Superiores. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. Súmula. Súmula vinculante. Precedentes: Teoria Geral, distinguishing e overruling. Pedidos de suspensão de liminares e sentenças. 20. Fazenda Pública como parte do processo: polos ativo e passivo. Prerrogativas. Tutela provisória e tutela específica. Ação de conhecimento, cumprimento de sentença e execução. A Fazenda nos procedimentos especiais. 21. Entendimento dos Tribunais Superiores pátrios acerca do conteúdo de processo civil.

Bibliografias:

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. Vol. 2 e 3. Salvador: Jus Podvim, 2016.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Novo Curso de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais e princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. Imunidades: conceito, espécies, aspectos objetivos e subjetivos, alcance, interpretação. 2 Competência tributária. Competência tributária da União, dos Estados e do Distrito Federal, dos Municípios e do Distrito Federal. Competência tributária residual. 3 Tributo: conceito, espécies: Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições sociais ou parafiscais. Classificação: vinculados e não vinculados. Funções: fiscal, extrafiscal, parafiscal. 4 Impostos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. 5. Relação jurídico-tributária. Hipótese de incidência. Fato gerador. Obrigação tributária: principal e acessória.



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

Sujeito passivo: contribuinte e responsável. Solidariedade. Capacidade tributária. 6. Responsabilidade Tributária. Responsabilidade de devedores solidários. Responsabilidade de devedores sucessores. Responsabilidade de terceiros devedores. Responsabilidade por infrações. 7. Crédito tributário. Conceito e natureza. Constituição do crédito tributário. Lançamento: natureza, modalidades: declaração, homologação, ofício. Eficácia, revisão, arbitramento. Suspensão do crédito tributário. Conceito. Moratória. Depósito. Reclamações e recursos. Liminar e tutela antecipada. Extinção do crédito tributário. Modalidades. Pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Prescrição e decadência. Decisão administrativa e decisão judicial. Exclusão do crédito tributário. Isenção e anistia. 8. Garantias e privilégios do crédito tributário. 9. Sigilo fiscal. 10. Administração tributária. Fiscalização. Certidões negativas. Inscrição em Dívida Ativa: Requisitos. Dívida Ativa: Liquidez, certeza, exigibilidade, exequibilidade e legislação correlata. 11. Execução fiscal. Lei nº 6.830/80 e alterações posteriores. Medida Cautelar Fiscal. Lei nº. 8.397/92 e alterações posteriores. Formas de cobrança administrativa. Protesto. 12. Prática Fiscal. Mandado de Segurança, Ação Anulatória, Declaratória, Restituição de indébito, Cautelares, Antecipação de Tutela, Embargos e demais ações e meios de defesas cabíveis em matéria tributária e legislações correlatas. 13. Entendimento dos tribunais superiores sobre as questões tributárias.

Bibliografias:

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2017

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

- Lei Orgânica do Município



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

ANEXO II

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA DO CARGO DE ADVOGADO

LOCAL: PRÉDIO 9

SALA: 9101

HORÁRIO DE INÍCIO: 13h30

	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1.	ALESSANDRA VACCARI QUEVEDO SCAR	89,50
2.	ANA LUISA HERTZ	89,50
3.	ANDIARA MARQUES DOS SANTOS	90,50
4.	ANGÉLICA PERTILE DA SILVA	94,00
5.	CRISTIANO ALEX MATTIONI	91,50
6.	DIEISON ANDERSON GARCIA NOVROTH	90,50
7.	EDUARDO MARCELO VIANA INÁCIO	93,00
8.	EMILIO DANELLI NETO	93,00
9.	FRANCINE KETTERMANN CAVALLI	93,00
10.	HANS LUIZ JOSÉ KLOCK	97,50
11.	JULIA SCHNEIDER	96,50
12.	LUIS ANTONIO DA SILVA SOBRINHO	100,00
13.	MAIKEL FABIANO CHROEDER	89,50
14.	MARCOS ROBERTO ZERBIN	90,50
15.	MARIANA CUNHA MARONEZE	100,00
16.	MATEUS HAMILTON SILVEIRA LAZARI	93,00
17.	NADINE LANG DA SILVA	90,50
18.	NICOLE DUPRAT	94,00
19.	PÂMELA COPETTI GHISLENI	90,50
20.	RENATA CORSINI DE SALES	90,50
21.	RODRIGO BARIL DOS SANTOS	96,50
22.	TARCIANE ISABEL CONRAD	95,00



Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal de Santo Ângelo

**RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA
DISCURSIVA DO CARGO DE PROCURADOR**

LOCAL: PRÉDIO 9

SALA: 9102

HORÁRIO DE INÍCIO: 13h30

	NOME DO CANDIDATO	NOTA
1.	ALEX SAUSEN	62,50
2.	ALINE ANTUNES GOMES	71,50
3.	FELIPE OSMAR KRÜGER	67,00
4.	FERNANDA BACCARIN MATJE	66,00
5.	FERNANDO HECK	83,50
6.	FRANCIANI GABRIELA FREDDI BORTOLI	64,50
7.	GRACIELA PASQUALOTTI	74,00
8.	JANAÍNA ROBERTA SANTAREM FABRIN	62,50
9.	JONATHAN DALLA ROSA MELO	69,50
10.	LUIZA NOGUEIRA SOUZA	80,00
11.	MÁRCIA ANDRÉIA BRUNK DE BITTENC	60,00
12.	MARIANA DE MAGALHÃES TRINDADE	94,00
13.	MIRIANE MARIA WILLERS	80,00
14.	NORTHON CARCUCHINSKI MOTTA	60,00
15.	PAOLO SARAIVA GARCIA	80,00
16.	RODRIGO MOTTA DE MORAES	73,00
17.	SANDRA VIVIANE DOS SANTOS DAMIAN	66,00
18.	THIAGO DE OLIVEIRA ALVES	66,00
19.	TULIO POERSCHKE	83,50
20.	VÍTOR ANDRÉ GIACOMINI NUNES	76,50